

Quatro avaliações da política governamental

“O programa Comunidade Solidária não passa de um assistencialismo ras-taquêra utilizado para aliviar a população dos estragos causados pela perversa política econômica.”

Maria da Conceição Tavares
Deputada federal do PT

“A política do atual governo aponta muito mais para a destituição de direitos sociais do que para sua garantia ou implementação.”

Francisco de Oliveira
Sociólogo

“Basta olhar a execução orçamentária do Inca, em 1996, para comprovar que o governo não assentou o número de famílias que diz ter assentado naquele ano.”

José Rainha Junior
Membro da Direção Nacional do MST

“O empobrecimento do povo não deve ser aceito como custo inevitável do desenvolvimento econômico.”

(Trecho do documento Vida com Dignidade, lançado em abril pela CNBB)

Em defesa da terra, do trabalho e da cidadania



Fernand Leger

O Jornal da ABONG publica neste número os resultados da Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, que representa um marco na atual luta pela ampliação e defesa dos direitos sociais.

Fernando Henrique fecha a mão para a sociedade

Lideranças do campo democrático e popular, além de especialistas e membros de ONGs, analisam as políticas sociais do governo FHC

A Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania é, com certeza, um dos acontecimentos mais importantes da conjuntura na luta pela ampliação e defesa dos direitos sociais, da democracia e da cidadania neste país.

Os sindicalistas ampliaram sua pauta para a defesa das políticas públicas; os movimentos sociais engajaram-se na defesa da reforma agrária, da reforma urbana, do trabalho, do salário; as ONGs empenharam-se na sistematização das reivindicações e na elaboração conjunta de propostas alternativas de políticas públicas; os partidos políticos impulsionaram, prestigiaram e participaram da Conferência, sendo os principais responsáveis pelo debate das alternativas de desenvolvimento para o Brasil. As entidades nacionais de representação do campo político popular e democrático compareceram em peso. E trouxeram seus principais dirigentes para participar.

Toda esta mobilização se dá porque existe a perspectiva de unificar campanhas, de estabelecer uma plataforma conjunta de lutas em defesa dos direitos sociais e contra o neoliberalismo, de somar forças para modificar as políticas públicas em benefício dos interesses das maiorias, de alcançar um novo patamar na luta pela ampliação da democracia em nosso país.

A ABONG participou da coordenação da Conferência em todos os seus momentos, trouxe seu Conselho Diretor e especialistas em áreas temáticas para contribuir nos debates, participa da coordenação que cumprirá as resoluções da Conferência e encara como prioridade política a participação na construção de uma frente de lutas em defesa da cidadania.

Na perspectiva de contribuir para este processo e para dar maior consistência às nossas críticas ao neoliberalismo,

POR UM OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS

nos dedicamos a colaborar para um diagnóstico da ação do governo no campo das políticas sociais. Este jornal é expressão deste esforço.

Tomamos como critério avaliar o gasto público federal. Para isso consultamos várias das nossas ONGs associadas, vários especialistas, órgãos de governo. Aprendemos que o orçamento da União é uma peça de ficção em nosso país, onde o Executivo não respeita a Constituição e o Legislativo e o Judiciário são coniventes com este comportamento.

Desde o primeiro momento da produção deste jornal se colocou um problema: a falta de informação. Consultamos as fontes mais competentes, buscamos as cifras mais recentes. E constatamos que a falta dos números oficiais agregados sobre o gasto público social torna quase impossível uma avaliação dos programas de governo.

Se esta já é uma dificuldade quase intranponível considerando-se apenas o gasto do governo federal, o que dizer de uma avaliação do impacto das políticas sociais, já que para esta avaliação

ao menos deveriam se somar os recursos federais, estaduais e municipais destinados a cada item, para dar conta deste desafio.

Também não é suficiente comparar apenas os gastos globais em cada um dos itens do orçamento para se avaliar o compromisso do governo com estas políticas. Sob estas rubricas gerais verificamos que uma boa parte dos recursos não chega na forma de serviços aos que deveriam ser os beneficiários destes programas. Eles ficam pelo meio do caminho.

No caso da Saúde, por exemplo, 20% do orçamento atual vai para o FAT, para pagar dívidas acumuladas.

Monitorar o gasto público e o impacto das políticas sociais é um dos grandes desafios a serem enfrentados e



Divulgação

Conferência: participação expressiva da ABONG

permitirá, quando concretizado, dar conteúdos bem mais concretos à crítica ao neoliberalismo praticado pelo governo federal. No conjunto das entidades que produziram a Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania existem todas as condições para construir um Observatório de Políticas Sociais capaz de exercer este papel. A ABONG, através das suas ONGs associadas, se dispõe a integrar este esforço.

Silvio Caccia Bava
Presidente da ABONG

O Jornal da ABONG é uma publicação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Endereço: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 684, Itaim, São Paulo, SP, CEP: 04530-001. Tel.: (011) 829-9102, Telefax: (011) 822-6604. E. mail: abong @ax.apc.org.

Diretoria Executiva da ABONG:

Silvio Caccia Bava (presidente), Jorge Eduardo Saavedra Durão (secretário), Nalu Faria Silva (tesoureira), Vandevaldo Nogueira, Conceição Paludo, Áttila Roque, Paulo Pires de Campos e Aldalice Moura da Cruz Oterloo.

Assistente de diretoria: Rosângela Dias O. da Paz.

Equipe do Jornal:

Jornalista responsável: André Louzas. Editoração Eletrônica: Ana Maria Quartucci. Secretária: Iune Taga Tamoto.

Tiragem: 30.000 exemplares

* É encorajada a reprodução total ou parcial dos artigos desta publicação, desde que citada a fonte.

CARTA DE BRASÍLIA

EM DEFESA DA TERRA, DO TRABALHO E DA CIDADANIA

As entidades reunidas na Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania nos dias 2, 3 e 4 de abril de 1997, em Brasília, analisando a situação de crise social por que passa o Brasil, decidem tornar pública a sua avaliação e convocam o conjunto da sociedade brasileira a unificar a sua força e riquíssima capacidade de inovação social e mobilização. Nosso objetivo é a promoção de novos direitos e a defesa dos direitos sociais e políticos conquistados nas últimas décadas, hoje em processo de desmonte pelo autoritarismo inerente ao projeto neoliberal do Poder Executivo.

Mesmo com a resistência oferecida pelas organizações dos trabalhadores, aumentam preocupantemente o desemprego, o arrocho salarial e a desregulamentação das relações de trabalho. Excluídos do mercado formal de trabalho e sem qualquer política de geração de emprego, contingentes crescentes são forçados a engrossar o mercado informal, sem garantias de remuneração, aposentadoria e outros direitos sociais. Em consequência dessa política que promove a exclusão, cresce a miséria no campo e na cidade, agravada pela criminalidade e violência que se abatem sobre o povo brasileiro. A cada dia, há, inclusive, nas grandes cidades, um número maior de homens, mulheres e crianças vivendo nas ruas.

Outra face desta política de destituição dos direitos sociais é o desmonte do Estado no atendimento de políticas universais nas áreas de saúde, educação, previdência, habitação, assistência social e outras. A sociedade brasileira vê envergonhada o ressurgimento de doenças endêmicas, a gravidade das altas taxas de mortalidade infantil, o abandono de nossos idosos e os milhões de analfabetos relegados à condição de marginalidade.

Enquanto o governo federal propaga a existência de um Programa Nacional de Direitos Humanos, a mídia

anuncia o crescimento da violência policial. A prostituição e o turismo sexual, o extermínio de crianças e adolescentes e a exploração do trabalho escravo e infantil continuam sendo motivo de denúncias tanto no Brasil como no Exterior.

A juventude, mesmo com a luta de suas entidades estudantis e juvenis, se vê cada vez mais privada do emprego e da educação, sofrendo a ameaça de ter a universidade e o ensino técnico públicos privatizados. Sem perspectivas de futuro, ela vê-se assediada pelo narcotráfico e pelos valores assimilados da violência crescente em nossa sociedade.

Aprofunda-se o processo de feminização da pobreza, ainda mais acentuado entre as mulheres negras. Configura-se um quadro de maiores desigualdades para as mulheres nas suas condições de vida, acesso ao trabalho e ao ensino. A maternidade não é tratada como questão social e inexistem creches e escolas em período integral. As mulheres continuam sendo vítimas de violência na sociedade e na família. A população negra é duramente atingida pelo processo de apatização em curso, responsável pela ampliação do racismo, da exclusão e marginalização desse segmento populacional. Nesse caldo de cultura, ganham força o fundamentalismo religioso, a xenofobia e o racismo.

Seguindo a política de exclusão e massacre promovida pelos governos anteriores (Carandiru, Vigário Geral), em dois anos de governo FHC a sociedade testemunhou os massacres de trabalhadores rurais sem-terra, em Corumbiara (RO) e Eldorado do Carajás (PA), até hoje impunes, como os anteriores, e agora a ignominiosa violência policial praticada pela Polícia Militar de S. Paulo na cidade de Diadema.

Abandonados pelo governo em acampamentos à beira de estradas, os sem-terra reafirmam a vitalidade de seu movimento na marcha de milhares de quilômetros a Brasília para cobrar medidas efetivas

de reforma agrária. Agricultores familiares vivem em permanentes dificuldades e muitos perdem suas terras por causa da falta de crédito e financiamento. Diante desta realidade, os trabalhadores e trabalhadoras rurais se mobilizam em defesa da terra, agricultura familiar, emprego, salário e seguridade social para o campo nas ações do Grito da Terra Brasil.

Os povos indígenas, vítimas seculares da opressão e da exploração, encontram-se numa intolerável situação de abandono e de um continuado processo de espoliação de suas terras. A política indigenista do governo agride direitos históricos dos povos indígenas e favorece a lógica dos predadores dos recursos naturais. As comunidades negras rurais estão se organizando e lutando para fazer valer o direito constitucional dos Remanescentes de Quilombos à propriedade de suas terras.

Aumentam as desigualdades regionais, aprofundando as injustiças sociais nas regiões Norte e Nordeste. Da mesma forma, o governo ignora as pressões sociais em defesa do meio ambiente, comprometendo a qualidade de vida da atual e das futuras gerações. São nessa perspectiva a Lei de Patentes, a Lei de Cultivares, a retomada das Usinas Angra 2 e 3, a falta de políticas públicas coerentes para a Amazônia, o esvaziamento do Conama e o não cumprimento dos acordos assumidos no Eco-92.

O governo impõe maiores sacrifícios ao povo para garantir a estabilidade da moeda e o plano de integração subordinada do Brasil ao mercado global. As precárias bases da estabilização monetária, o aumento das dívidas interna e externa, e a busca do equilíbrio fiscal em detrimento exclusivo dos direitos sociais são algumas das questões subtraídas à participação democrática da sociedade pelo autoritarismo da gestão econômica.

A prioridade deste governo é voltada apenas aos banqueiros, latifundiários, grandes empresários e investidores internacionais. O Proer, que já gastou mais de R\$ 20 bilhões em socorro do sistema financeiro, o não pagamento da dívida dos grandes latifundiários e usineiros junto ao Banco do Brasil e a abertura indiscriminada do mercado brasileiro às empresas transnacionais são exemplos dos interesses defendidos pelas políticas de governo.

O sucateamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, a privatiza-

ção das telecomunicações, do setor energético e sua decisão de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobrás são atentados à soberania nacional, privando o País de instrumentos de política econômica essenciais ao desenvolvimento sustentável.

Para atender aos interesses das elites, Fernando Henrique Cardoso governa por Medidas Provisórias, fere a autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário e submete o Parlamento a uma barganha clientelista e fisiológica, com a conivência de ampla maioria do Congresso Nacional. Essas práticas se inscrevem nas piores tradições da história política do Brasil, demonstradas, entre outros atos, pela aprovação da emenda casuista e golpista da reeleição. Sua vontade imperial se afirma na imposição de uma política anti-social que fere os direitos e os interesses do povo brasileiro, propondo inclusive uma reforma política restritiva e antidemocrática. No plano das relações internacionais, FHC se submete aos programas de ajuste estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional e aos interesses do capital especulativo e financeiro.

Por meio de ampla mobilização social, resistiremos à ofensiva neoliberal do governo

Os movimentos sociais, entidades da sociedade civil, sindicais, estudantis, personalidades que apresentam suas críticas ou reivindicações, são recebidos não apenas com a insensibilidade característica do governo FHC, como são obrigados a enfrentar pesados ataques que visam destruir as organizações sociais, especialmente as dos trabalhadores e do movimento popular.

As lutas democráticas pelas eleições diretas, pela inscrição de novos direitos na Constituição de 88, pelo impeachment de Fernando Collor, pela Ética na Política, são expressão da vontade e da mobilização do nosso povo por um Brasil mais justo e pela dignidade cidadã.

Diante desta situação, deliberamos pela convocação à mobilização da sociedade brasileira e para isso propomos a construção de uma política unitária de

nossas organizações em defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania.

É por meio de uma ampla mobilização social que conseguiremos resistir à ofensiva neoliberal do governo FHC. Essa resistência se articula na luta concreta por políticas públicas que atendam às demandas do povo brasileiro. Nossas energias se dirigem neste momento às mobilizações por Reforma Agrária Já, Reforma Urbana, Redução da Jornada de Trabalho Sem Redução do Salário, Contra a Privatização da Vale, Defesa do Sistema Único de Saúde, Por uma Política de Habitação Popular, Defesa da Educação Pública e Gratuita, pela implementação da Lei Orgânica da Assistência Social, Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida.

Desde já, as campanhas nacionais na defesa de direitos se contrapõem à agenda neoliberal posta na ordem do dia pelo governo e, sabemos, requerem um amplo apoio e sustentação do conjunto da nossa sociedade.

As entidades e partidos políticos integrantes da Conferência assumem o compromisso de fortalecer e impulsionar as lutas dos trabalhadores, somando as iniciativas em torno a uma agenda de mobilizações sociais.

- Dia Nacional de Luta da UNE e da UBES, em Defesa da Educação Pública e Gratuita, em 10 de abril.
- Jornadas de Lutas em Brasília, na defesa da Previdência, do Emprego e da Reforma Agrária, com caravanas de metalúrgicos, bancários, professores, funcionários públicos e o acampamento de desempregados a partir do dia 15 de abril.
- Manifestações em defesa de acelerar o processo da Reforma Agrária na chegada da Marcha do MST no dia 17 de abril em Brasília, exigindo Justiça no campo e contra a atual política econômica.
- Dia Nacional em Defesa do SUS e da Saúde Pública, em 16 de abril.
- Semana de mobilizações Contra a Privatização da Vale do Rio Doce, iniciada em Ouro Preto, no dia 21 de abril, e comício no dia 29, no Rio de Janeiro.
- Manifestações do Dia 1º de Maio em defesa do emprego, salário e da redução da jornada de trabalho.
- Grito da Terra Brasil, por Reforma Agrária, agricultura familiar, emprego, previdência e salário digno, nos meses de abril e maio, promovido pela CONTAG, CUT, CAPOIB, CNS, MONAP e MAB.
- Fórum Paralelo Nossa América (BH-MG), de 11 a 16 de maio.
- Dia Nacional de Ocupações Urbanas, 3 de junho.

- Caravana dos Movimentos Populares a Brasília nos dias 9 e 10 de junho.
- Grito dos Excluídos, em 7 de setembro.
- Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro.
- Dia da Consciência Negra, 20 de novembro.

Assumimos também o compromisso da realização de um Encontro Nacional Democrático e Popular, com a participação de entidades populares de base, no segundo semestre deste ano, bem como a permanência desta articulação entre as entidades do movimento democrático e popular que fortaleça a luta contra o neoliberalismo. O Encontro será precedido de Conferências Regionais que reproduzam o debate dos temas apontados nesta Carta e organizem as Campanhas Nacionais.

O movimento popular e democrático tem diante de si o desafio de retomar os ideais libertários e de justiça social, resgatar a esperança e reforçar a solidariedade.

Brasília, 4 de abril de 1997.

Central Única dos Trabalhadores - CUT
Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG
Central de Movimentos Populares - CMP
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
Conf. Nac. dos Bispos do Brasil - CNBB
União Nacional dos Estudantes - UNE
União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES
Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM
Conf. Bras. dos Aposentados - COBAP
União da Juventude Socialista - UJS
União Brasileira de Mulheres - UBM
Mov. dos Atingidos por Barragens - MAB
Liga de Asses. Comunitárias - LAC
FASE
Instituto Cidadania
Pastorais Sociais
Ação da Cidadania (SP/MS)
Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (RJ) - CEPOL
Rede Unitrabalho
Instituto Ecoar
Coord. Nac. de Entidades Negras - CONE
Fórum Nacional Pela Reforma Urbana
Fórum de ONGs Pelo Meio Ambiente
Partido dos Trabalhadores - PT
Partido Comunista do Brasil - PCdoB
Partido Socialista dos Trabalhadores - Unificado - PSTU
Partido Democrático Trabalhista - PDT ■

GOVERNO MÃO FECHADA

Durante a campanha presidencial, Fernando Henrique adotou como símbolo a mão aberta, cujos dedos representavam cinco prioridades: saúde, emprego, educação, agricultura e segurança. No entanto, o presidente eleito segue uma lógica que pode ser resumida numa frase: "Esqueçam

o que prometi". A seguir, em reportagens e entrevistas, o Jornal da ABONG expõe a política do atual governo nas áreas sociais, mostrando que sua mão está fechada para os trabalhadores, os agricultores sem-terra, os estudantes, enfim, a grande maioria da população.

Muito para poucos

Concentração de renda contínua entre as maiores do mundo

A redução da inflação obtida pelo Plano Real abriu as portas do Palácio do Planalto a Fernando Henrique. Com os índices do aumento de preços ainda próximos de zero, a popularidade do Plano continua alta. Mas essa boa performance levou o governo a posar de paladino da justiça social. Lideranças do bloco de poder têm proclamado que o Real representa uma revolução, reduzindo expressivamente o abismo que separa ricos e pobres no país.

Porém, essa euforia se apaga, diante dos números expostos pelo próprio Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ligado ao Ministério do Planejamento. Um levantamento feito pelo IPEA constatou que, apesar da concentração da riqueza ter diminuído com o Real, ela ainda é maior do que a existente no início da década (veja tabela). Segundo o trabalho, entre 94 e 96, a parcela da renda nacional apropriada pelos 50% mais pobres da população subiu de 11,3% para 12,3%, enquanto a fração dos 20% mais ricos decresceu de 64,7% para 62,4%. Porém, em 1991, a metade mais pobre dos brasileiros se apropriava de 13,6% da renda e os 20% mais bem aquinhoados ficavam com 60,2%. Um dos autores desse estudo, o pesquisador Marcelo

Neri adverte que, embora tenha havido um avanço, a mudança não foi significativa: "Não podemos nos vangloriar com uma pequena redução do nosso nível de desigualdade social, quando sabemos que ela ainda está entre as maiores do mundo."

Menos pobres

Neri afirma que o Real obteve uma diminuição importante do contingente de pobres (segundo dados do IPEA, de cerca de 50 milhões para 38 milhões, entre 94 e 96). Ele acrescenta, porém, que a desigualdade social não se modificou muito. O pesquisador explica esse fenômeno assinalando que o Produto Interno Bruto (PIB) manteve um constante crescimento entre 94 e 96, o que elevou a renda média dos brasileiros. "Com isso, as pessoas mais pobres melhoraram sua situação, mas as mais ricas também foram beneficiadas, o que não alterou muito a distância entre elas."

Um raciocínio semelhante é feito pelo diretor-técnico do DIEESE,

Sérgio Mendonça, ao analisar a distribuição da renda do trabalho. Ele menciona dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, indicando que, entre 93 e 95, passou de 2,4% para 3,1% a participação dos 20% de trabalhadores mais pobres na massa total dos rendimentos, ao mesmo tempo que a fatia dos 5% de melhor remuneração, que era de 35,8%, diminuiu para 33,6%. "Mas, como esse contingente mais pobre se apropria de apenas 3% da renda do trabalho, a melhora em termos globais não é significativa."

Sem educação

Como mostram os dois especialistas, a queda da inflação apenas aranhou a superfície do problema da



Bernard Plossu

distribuição de renda. Mendonça acrescenta que o fim das atuais desigualdades só será possível com um processo que associe uma verdadeira revolução educacional ao crescimento econômico prolongado e consistente, bem como a um sistema tributário mais justo. "Hoje, os pobres pagam mais tributos que os ricos,

por causa dos impostos indiretos incluídos em produtos como cigarros.”

Neri cita estudos de autoria de Ricardo Paes de Barros e Rosa Mendonça, que afirmam que a renda do Brasil chegou no ponto em que está principalmente devido ao desnível do acesso que a população tem à educação. Essas pesquisas revelam que 15% da força de trabalho do país não possuem nenhuma instrução e apenas 10% apresentam nível universitário. Desse modo, a mão-de-obra com qualificação superior torna-se escassa e, portanto, torna-se mais valorizada no mercado de trabalho, fazendo com que seus rendimentos se distanciem dos recebidos pelos trabalhadores menos qualificados.

Distância entre ricos e pobres (participação na riqueza nacional)

Anos	Cresc. da renda per capita	Parcela dos 50% mais pobres	Parcela dos 20% mais ricos
1960 (*)	2,2%	18%	54%
1970 (*)	7%	15%	62%
1980 (*)	-0,4%	14%	63%
1990	-5,9%	12,3%	62,7%
1991	-1,3%	13,6%	60,2%
1992	-2,3%	12,9%	61,3%
1993	2,7%	12,2%	62,2%
1994	4,5%	11,3%	64,7%
1995	2,8%	12,2%	62,6%
1996	1,5%	12,3%	62,4%

(*) Média da década.

Fonte: IPEA

Segundo o pesquisador do IPEA, nas últimas décadas, foi enfatizado o investimento no ensino universitário dentro do campo da educação brasileira. Como a grande maioria dos que entram nas melhores universidades - geralmente públicas - vem de colégios particulares, as políticas educacionais acabaram por reforçar as desigualdades. A quebra desse círculo vicioso somente será possível, na opinião de Neri, com a inversão das prioridades, investindo-se mais no ensino de 1.º e 2.º graus. ■

Trabalho sem direitos

Com o Real, cresce emprego sem carteira assinada

Um fantasma ronda de forma cada vez mais ameaçadora o país: o trabalho precário. De acordo com dados do Ministério do Trabalho, publicados em fevereiro passado pela *Folha de S. Paulo*, desde 1.º de julho de 1994 - data da implantação do Plano Real -, foram fechados no Brasil 755.379 empregos formais. Na prática, esse corte assustador significa que grande parte das pessoas que caem no desemprego ou ingressam na esfera da mão-de-obra são obrigadas a optar por ocupações precárias, ou seja, sem carteira assinada, dizendo adeus a direitos como férias, 13.º salário, Fundo de Garantia. Assim, enquanto as linhas de produção das fábricas de automóveis, por exemplo, enxugam o número de metalúrgicos, as ruas das grandes e médias cidades são inundadas por ambulantes.

De acordo com Sérgio Mendonça, diretor-técnico do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), o terremoto que vem sacudindo o mercado de trabalho tem origem na ação conjunta do Plano Real e do processo de globalização econômica que hoje atinge todos os continentes. A abertura de fronteiras comerciais causada pela globalização obriga as empresas a enfrentar a agressiva concorrência internacional. Para entrar numa luta de vida ou morte, essas empresas se reestruturam drasticamente, aplicando os já famosos programas de qualidade e a terceirização de várias atividades, que são transferidas para outras organizações. “Isso levou ao corte de cerca de 1,2 milhão de postos de trabalho no país, desde o final dos anos 80.”

Redução na indústria

A essa tendência se juntam os efeitos do Plano Real, cujo coração é a valorização cambial que equipara a moeda brasileira ao dólar. A artimanha do câmbio derrubou a inflação, mas ao mesmo tempo puxou o breque de mão das exportações, já que o produto brasileiro ficou mais caro, e acelerou as



André Louzas

Mendonça: indústria corta mais vagas

importações, cujos preços despençaram. Afogadas por mercadorias estrangeiras, muitas indústrias brasileiras fecharam as portas ou reduziram dramaticamente seu quadro de pessoal.

Para Mendonça, o desemprego não sobe muito com o Real. “O DIEESE constatou que a média dos desempregados na Grande São Paulo nos últimos anos se mantém em torno de 15%, um patamar muito próximo do início da década.” O que o Plano desencadeia, segundo ele, é a expansão do emprego sem amparo nos direitos trabalhistas, devido a uma acelerada queima de vagas na indústria - que historicamente apresenta os mais altos índices de trabalho formal. Os expulsos pelo universo industrial ingressam em outros setores, como o de serviços, que registra entre 50% e 60% de empregos sem carteira assinada. “Por

outro lado, a proporção de empregos formais na própria indústria caiu de 90% para 80%.”

Queda salarial

Nessa migração, os trabalhadores geralmente não perdem apenas direitos. Na maioria das vezes, sua remuneração também costuma rolar ladeira abaixo. Mendonça cita pesquisa feita pelo DIEESE, em conjunto com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), apontando que na Grande São Paulo um posto de trabalho na indústria tinha em dezembro de 1996 uma remuneração média de R\$ 884,00, cifra que caía para R\$ 752,00 no caso dos serviços e para R\$ 592,00 no comércio (veja gráfico).

Emprego formal caiu de 8,08 para 7,62 milhões em seis regiões metropolitanas

As afirmações do diretor-técnico do DIEESE também são confirmadas por números colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo levantamento do IBGE, entre 1991 e o primeiro semestre de 1996, a parcela da mão-de-obra sem carteira assinada cresceu de 21% para 25% em seis regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador). A pesquisa revelou que, nesse período, a fatia dos trabalhadores formalmente empregados encolheu de 8,08 milhões para 7,62 milhões, ao mesmo tempo que a participação dos empregados da área informal saltou de 3,15 milhões para 4,04 milhões. Também cresceram os trabalhadores por conta própria: de 3,04 milhões para 3,71 milhões. Os que se declararam empregadores chegavam a 756 mil na metade de 1996, quando em 1991 somavam 664 mil. No caso dos empregadores,

	Brasília	Belo Horizonte	Curitiba	Porto Alegre	São Paulo
Evolução da PEA	-0,7%	2,8%	0,3%	1,4%	2,7%
Evolução da ocupação	0,2%	3,2%	0,0%	0,1%	1,5%

Fonte: DIEESE

Mendonça alerta que sua expansão provavelmente não representou uma abertura expressiva de novas oportunidades de trabalho: “Grande parte dessas pessoas são micro-empresários, que empregam às vezes apenas uma pessoa”.

Cesta básica

Mas como explicar, então, os bons índices de popularidade do Real? Mendonça lembra que, após o Plano, além dos benefícios trazidos à população pela queda da inflação, houve uma melhora do salário mínimo em relação à Cesta Básica Nacional (cujo valor envolve uma série de itens de consumo considerados essenciais, de acordo com o decreto nº 399, de 30/04/38). Segundo o pesquisador, enquanto o salário mínimo aumentou de R\$ 70,00 em 94 para R\$ 100,00 em 95, a cesta básica passou de R\$ 74,00 para R\$ 88,00, no mesmo período. “Essa diferença permitiu que as pessoas nessa faixa de renda pudessem consumir um pouco mais.”

No entanto, o diretor-técnico do DIEESE assegura que, para a maioria dos trabalhadores, a implantação do Real está mais para o pesadelo do que para o sonho. Ele acentua que, além de ficar mais precário, o mercado de trabalho não está acompanhando o crescimento da mão-de-obra. A favor de seus argumentos estão pesquisas do DIEESE feitas em cinco regiões metropolitanas entre dezembro de 1995 e dezembro de 1996, que confirmam uma tendência de aumento da população Economicamente Ativa (PEA) superior à da ocupação (veja tabela).

O mercado de trabalho em cinco regiões

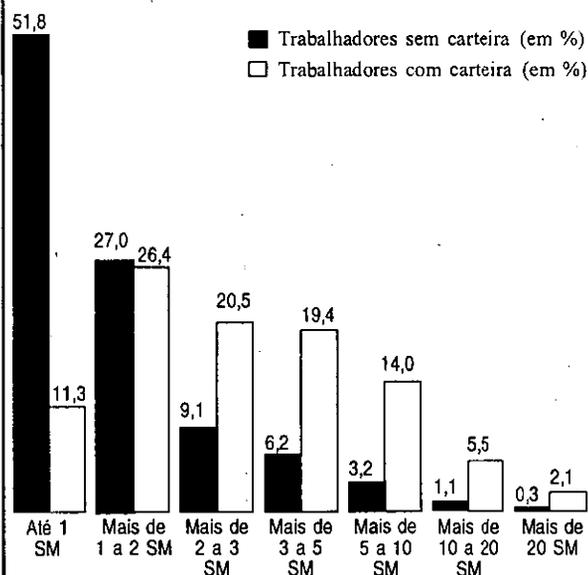
(variação entre dez./95 e dez./96)

O trabalhador do setor formal em média ganha melhor:

Como se pode notar no gráfico abaixo, quase 79% dos trabalhadores sem carteira assinada recebem até 2 salários mínimos, enquanto mais de 61% daqueles com carteira assinada ganham acima de 2 salários mínimos.

Nível de rendimento, segundo a posse de carteira de trabalho assinada

(Brasil - 1995)



Fonte: IBGE-PNAD/Elaboração: DIEESE

Obs.: Não está incluída a população da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. O total inclui os trabalhadores sem rendimento e sem declaração.

Sem futuro

Atualmente, de acordo com Mendonça, a esfera do emprego sofre uma invasão dos jovens em busca de suas primeiras experiências profissionais. “Eles nasceram na década de 70, quando a taxa de natalidade brasileira ainda era alta.” A esse fluxo juvenil se acrescenta o crescente número de mulheres que, devido a fatores como mudanças culturais e queda do poder aquisitivo do chefe de família, também buscam algum tipo de ganho salarial.

Mais concorrido, o mercado de trabalho eleva seu grau de seleção, exigindo um preparo educacional cada vez melhor. Porém, esse aprimoramento não representa mais uma garantia de vaga numa empresa. Mendonça lembra que há um volume crescente de gente qualificada, inclusive no exército de desempregados.

O panorama educacional brasileiro faz com que o país leve bomba em qualquer exame de cidadania. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 1995, cerca de 24 milhões de brasileiros - ou seja, mais de 16% da população - eram analfabetos ou possuíam menos de um ano de estudo. A rede pública de 1º e 2º graus está minada por problemas como baixo nível de ensino e salários ínfimos para os professores. Além disso, principalmente nas escolas de nível médio, faltam vagas para o crescente volume de alunos. A situação é gritante, porém Fernando Henrique finge que não ouve. Diante das queixas da opinião pública e dos especialistas, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) retruca que o dinheiro recebido pelo setor é suficiente e que a saída seria combater os desperdícios.

Maria Clara Di Pierro, assessora da Ação Educativa, reconhece que há muitos recursos tradicionalmente empregados de modo inadequado. "Porém, se levarmos em conta critérios como pleno atendimento de direitos constitucionais ou competitividade internacional, os investimentos são bai-

Gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino chegaram no máximo a 2,5% do PIB

xos", assegura (veja quadro na página ao lado). Maria Clara informa que as estimativas oficiais indicam um investimento superior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB), porém nesse montante estariam incluídas despesas como pagamento de professores inativos e

Recursos reprovados

MEC nega dinheiro necessário à melhoria do nível de ensino

merenda escolar. "Os investimentos realmente voltados para manutenção e desenvolvimento do ensino chegam no máximo a 2,5% do PIB."

Bolso fechado

A assessora da Ação Educativa informa que, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o conjunto dos gastos em educação dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) caiu cerca de 2,7%, entre 94 e 95, sendo que nesse período o desembolso federal recuou 5,8% (veja tabela 1). "Esses dados mostram que no máximo se mantém um certo nível de investimento, enquanto a população escolar continua crescendo." A assessora da Ação Educativa alerta que a associação entre o aumento do número de matriculados nas escolas com um orçamento congelado multiplica efeitos indesejados, como classes mais cheias, professores desestimulados e maior número de turnos com menos horas/aula.

Decidido a fechar o bolso, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, adota a tática de cobrir um santo para descobrir outro. Boa parte dos recursos que começam a ser carreados para o ensino fundamental é retirada do que antes era destinado às universidades públicas, que vêm sofrendo uma crescente asfixia. Maria Clara recorda que o setor universitário, por carência financeira, precisa recorrer cada vez mais a associações com o setor empresarial. "Isso pode levar a uma forma de privatização, já que as universidades terão que atender as necessidades das empresas."

Visão excludente

A assessora da Ação Educativa enfatiza a importância da Lei 9424, sancionada por Fernando Henrique em dezembro de 96. A lei estabelece a criação de fundos em nível estadual que entrarão

em vigor a partir de 98 e estimularão os municípios a investir em ensino fundamental. Segundo Maria Clara, a lei tem aspectos positivos, como estabelecer

que 60% dos recursos dos fundos sejam destinados à melhoria da remuneração dos professores, porém não prevê qualquer apoio ao ensino pré-escolar - que pela Constituição é tarefa dos



André Louzas

Maria Clara: os investimentos são baixos

governos municipais. "Como os municípios são incentivados a investir no ensino fundamental, a pré-escola ficará ainda mais deficitária." Diante desse problema, é oportuno lembrar que o Relatório do PNUD de 1996 sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, depois de assinalar a importância da pré-escola para o desenvolvimento infantil, acentua que menos da metade das crianças entre 5 e 6 anos frequentavam o ensino pré-escolar no país em 1990 e que nas classes pobres essa frequência atingia apenas 37%.

A tudo isso se soma a visão excludente do governo sobre o direito à educação fundamental, sacramentado na Constituição de 1988. Maria Clara recorda que a Lei 9424 não prevê apoio para que os municípios forneçam ensino fundamental a adultos, embora o país tenha quase 20 milhões de pessoas

no analfabetismo absoluto. Para tapar esse enorme buraco, o governo lança mão de um recurso insuficiente: a campanha Alfabetização Solidária, coordenada pelo programa Comunidade Solidária. A campanha se resume a cursos de alfabetização de adultos com a duração de quatro meses, promovidos somente nos 31 municípios brasileiros com maiores índices de analfabetismo. "O governo deixa a descoberto a pré-escola e a educação de adultos e 'convoca' a sociedade a suprir as deficiências que não se dispôs a corrigir."

Tabela 1

Gastos com educação caíram entre 94 e 95

(em R\$ bilhões)

Depend. Administrativa	1994	1995	Aumento/Queda
União (*)	6,9	6,5	-5,8%
Estados	15,3	15,8	+3,2%
Municípios	4,0	3,2	-20 %
Total	26,2	25,5	-2,67%

Fontes: Banco Central do Brasil - MF - MEC/
Elaboração: Edlamar Batista Pereira

(*) Excluídas as despesas com inativos e pensionistas, merenda escolar, hospitais universitários e cota estadual do salário-educação.

No atual panorama de escassez de dinheiro que marca o sistema educacional, o 2.º grau também não está a salvo de problemas. Nesse nível de ensino, são sentidos os efeitos da estratégia do MEC de estimular o fluxo escolar ao longo do 1º grau. Maria Clara enfatiza que essa medida não está sendo acompanhada de investimentos para a expansão de vagas nas séries subsequentes. Com isso, um contingente cada vez mais expressivo de alunos chega ao 2.º grau sem encontrar na rede pública espaços para avançar em seus estudos. "Em tese, os Estados são responsáveis pelo ensino médio", lembra ela. "Mas as administrações estaduais estão sem recursos para garantir a ampliação das vagas." A consequência direta desse impasse é a consolidação de um gargalo educacional que ameaça os horizontes de um número enorme de jovens. ■

Um problema social, econômico e cultural

O acesso à educação associa diretamente um direito essencial dos cidadãos às perspectivas econômicas do país. Num mercado globalizado e em constante transformação, as empresas necessitam de profissionais que se adaptem a inovações e a reorganizações tecnológicas do seu serviço. E essa flexibilidade apenas é alcançada com uma sólida educação básica. Maria Clara ressalta que não é uma coincidência que países com grande ascensão econômica nas últimas décadas, como a Coreia, praticamente universalizaram o ensino de 1.º grau e caminham para fazer o mesmo no ensino médio. "É no 2.º grau que se inicia a capacitação profissionalizante" (veja tabela 2).

Tabela 2

Distribuição da população por nível de educação - 1980

(Em porcentagens)

Anos de estudos	
Sem instrução e menos de 1 ano	16,2%
1 a 3 anos	21,1%
4 a 7 anos	34,8%
8 a 10 anos	12,3%
11 anos ou mais	15,4%

Fonte: Barros, Mendonça e Velazco, 1995. In: Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD

O Brasil possui uma economia diversificada e em muitos setores competitiva, mas vê seu futuro ameaçado, justamente por ter uma mão-de-obra em grande parte mal qualificada - o que, por sua vez, é resultado do descaso sofrido pelo ensino fundamental e pela educação em geral. Não se pode negar que houve avanços ao longo das últimas décadas, como a queda na porcentagem de analfabetos, mas os indi-

cadore brasileiros na área ainda são muito ruins. De acordo com a PNAD, em 95, a parcela da população que apresentava apenas até três anos de estudo atingia 37,3%. Ou seja, cerca de 45 milhões de pessoas não estão aptas a enfrentar em boas condições as exigências da conjuntura econômica e os desafios de um mundo cada vez mais dependente do fluxo de informações (veja tabela 3).

Tabela 3

Educação no Brasil Nível educacional de pessoas com 10 anos ou mais

	Até 1.º grau completo	Alguma educação secundária	Alguma educação superior
Brasil	88	7	5
Coreia	34	56	10
Malásia	78	21	1
Tailândia	81	15	4

Fonte: PNAD/1995 - IBGE

Para a assessora da Ação Educativa, a rede pública de ensino do país cresceu, mas ao mesmo tempo perdeu qualidade, devido à falta de investimentos nos chamados insumos educacionais, como salário do professor, pesquisa, material didático e infraestrutura. "Conseqüentemente, o analfabetismo caiu, mas há um número enorme de pessoas que saem da escola sem condições de, por exemplo, preencher um formulário." Na análise de Maria Clara, o baixo nível do ensino é um dos grandes responsáveis pelo alarmante índice de evasão e repetência escolar no Brasil, que todos os anos joga no lixo uma montanha de recursos governamentais. A pobreza, forçando os jovens brasileiros a procurar um emprego, é outro vilão que tira incontáveis alunos da sala de aula. "Além disso, a valorização da escola em nossa sociedade ainda é muito pequena." ■

Promessas esquecidas

Governo não cumpre previsão orçamentária para área social

Muitas vezes, aquilo que se diz está bem distante do que é realmente feito. O governo assegura que dedica atenção especial aos gastos sociais. Porém, essa não é a opinião do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC), que vem fazendo um minucioso acompanhamento do que o Executivo efetivamente destina do seu orçamento para as áreas sociais. Essa ONG constatou, por exemplo, que os recursos investidos em 1996 na área de Criança e Adolescente somaram R\$ 2,397 bilhões, o que representa apenas 77% do orçamento previsto para o ano (que foi de R\$ 3,095 bilhões) (veja tabela). Assessor de Orçamento Público do INESC, Paulo Rocha ressalta que a análise dos gastos orçamentários é importante para entender o comportamento governamental. "Essa diferença entre o previsto e o executado comprova que o governo anuncia uma política e depois realiza outra."

Os dados coletados pelo INESC mostram também que, até o mês de setembro de 1996, haviam sido gastos somente 36% da previsão orçamentária para a área de segurança alimentar e 16% do previsto para a política urbana. No caso da política de segurança alimentar, essa diferença compromete, por exemplo, o programa de distribuição emergencial de alimentos, enquanto no campo de políticas urbanas seriam afetadas ações como a construção de casas populares. Rocha acentua que, embora o INESC ainda não tenha informações definitivas sobre o que ocorreu nos últimos três meses do ano passado nessas duas áreas, dificilmente o governo conseguiria investir nesse período o que não foi desembolsado nos três primeiros trimestres.

Dinheiro encurtado

O INESC acompanhou a distribuição orçamentária federal em 1995 e 1996. Baseado na avaliação feita nes-

ses dois anos, Rocha ressalta que o governo reduz sistematicamente os recursos a serem destinados às áreas sociais.

Para fazer isso, utiliza instrumentos como o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), para o qual são canalizados 20% dos recursos que a Constituição vincula à área social. "Esse dinheiro em geral é gasto em outros setores." Outra artimanha governamental é o chamado contingenciamento - isto é, o cancelamento de parte da parcela que uma área recebeu no orçamento aprovado. "Normalmente, os

Elifas Andreatto



ro Nacional costuma segurar o dinheiro no início do ano. "Por outro lado, devido a dificuldades burocráticas, os ministros demoram para desembolsar seus programas."

Além de reduzidos e liberados em câmara lenta, os gastos sociais com frequência são usados em benefício de aliados do Palácio do Planalto. Segundo Rocha, o governo propôs que o repasse dos recur-

sos do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) destinados aos municípios fosse feito por meio dos Estados, já que as prefeituras não teriam estrutura para gerir esse processo. No entanto, em 1996 - um ano marcado pelas eleições municipais -, foram repassados R\$ 6,7 milhões para prefeituras localizadas principalmente em Goiás, Ceará e Bahia - Estados em que

O que o governo promete e o que gasta.

Alguns exemplos na área social-95/96

(em R\$ bilhões)

Política governamental	1995			1996(*)		
	Orçamento	Gasto	% do previsto	Orçamento	Gasto	% do previsto
Criança e adolescente	3,503	3,56	102% (1)	3,095	2,397	77%
Política urbana	-	-	-	1,113	0,175	16%
Segurança alimentar	-	-	-	12,198	4,397	36%
Assistência Social	-	-	-	0,877	0,262	30%
Política indígena	0,137	0,137	100%	0,159	0,082	52%
Política Agropecuária e Agrícola (parcial)	8,102	6,890	85%	6,171	2,177	35%
Política ambiental (parcial)	0,825	0,579	70%	1,067	0,305	29%

(*) No caso de 1996, os dados da política para a área de Criança e Adolescente são relativos ao ano inteiro, enquanto os das demais áreas se referem ao período até setembro. Nas cifras relativas à área de Criança e Adolescente, está excluída a cota-parte do Salário Educação transferida para Estados e municípios.

(1) O gasto realizado pode ser superior ao orçamento, em virtude da aprovação de créditos adicionais ao longo do ano.

Fonte: INESC

contingenciamentos de gastos sociais não são anunciados para a sociedade." De acordo com o assessor do INESC, o Executivo também costuma liberar seus recursos somente a partir do segundo semestre. De acordo com ele, isso acontece porque a Secretaria do Tesou-

despontam figuras como Tasso Jereisati e Antonio Carlos Magalhães, íntimos do círculo de poder de Brasília. "Desses recursos, cerca de R\$ 5 milhões foram gastos em obras públicas, prejudicando serviços sociais como creches e asilos." ■

ENTREVISTA/Sérgio Miranda, deputado federal do PCdoB

Jornal da ABONG -
O sr. vem acompanhando de perto a execução do orçamento federal. Qual tem sido o comportamento do governo Fernando Henrique nessa área?

Sérgio Miranda - Há uma discussão muito distorcida sobre a questão orçamentária no Brasil. Algumas pessoas afirmam que o funcionalismo público seria o grande responsável pela atual crise fiscal vivida pelo Estado brasileiro. Pela análise que nós fizemos, a percentagem do Tesouro Nacional gasta com pessoal se mantém praticamente constante desde 91, tendo diminuído no ano passado. Na verdade, o que tem crescido é o pagamento de juros por parte do governo. A despesa com a dívida pública mobiliária federal, que em 91 significava 0,2% dos gastos do Tesouro, passou a representar 10,76% em 96. Nesse período, o desembolso com a dívida externa passou de 2,3% para 5,1%. A soma dos gastos com a dívida interna e a externa atingiram no ano passado 16,7% do orçamento, enquan-

Estado não resolve problemas do país e beneficia quem aplica em títulos públicos

to a parcela reservada a investimentos (a construção de portos e estradas, por exemplo) e a custeio (como o pagamento de salários de professores, no caso da educação), representaram 17,6%. E, em 97, o dispêndio com juros e os principais encargos da dívida externa vai superar o valor aplicado em custeio e investimento. A execução orçamentária do governo, portanto, mostra que o Estado que aí está é mínimo para tratar dos problemas sociais, porém é máximo para transferir recursos para os que vivem de aplicações nos títulos públicos.

Tudo pelo financeiro

Deputado denuncia que dívida pública absorve cada vez mais recursos do orçamento federal



Divulgação

Miranda: gastos sociais reduzidos

Jornal da ABONG - Qual é a situação dos gastos sociais no Orçamento da União?

Sérgio Miranda - Eu aponto duas distorções graves na execução do orçamento federal. A primeira é que gastos sociais como construção de casas populares e obras de saneamento têm tido nos últimos anos uma clara motivação clientelista. O governo concentrou esses recursos no Ministério do Planejamento, que se transformou no grande balcão para distribuição de benesses, em função dos interesses governamentais dentro do Congresso Nacional. A segunda distorção é que o recurso previsto no Orçamento para vários programas não foi executado. Isso é bastante evidente no caso da saúde. Estamos vivendo a expansão de epidemias que assolam as grandes cidades e são consequência da falta de saneamento, como por exemplo a dengue. No entanto, no ano passado, apenas 22% dos recursos previstos para o programa de controle de doenças transmissíveis foram efetivamente gastos. No caso de saneamento geral, foi gasto somente 19% daquilo que havia sido programado.

Jornal da ABONG - A educação estaria na mesma condição da saúde?

Sérgio Miranda - O governo aprovou no ano passado a lei que cria

fundos para que os municípios invistam em educação fundamental. Essa lei na verdade vai redistribuir recursos entre os municípios, retirando dinheiro daqueles de maior porte para repassar para os menores. Em consequência disso, em Minas Gerais, por exemplo, as cidades onde moram 65% da população do Estado vão ter menos recursos para educação. O reforço de verbas para pequenos municípios sem dúvida tem seu aspecto positivo, mas o governo faz isso com o objetivo de buscar dividendos político-eleitorais, porque sabe que nos grandes centros se consolida uma oposição que se manifesta não só nos movimentos sociais,

mas também na conquista de prefeituras pelos partidos progressistas.

Jornal da ABONG - O presidente Fernando Henrique se elegeu enfatizando prioridades sociais. Como estão essas questões no Brasil?

Sérgio Miranda - Estamos vivendo hoje sob o signo de uma mistificação. Há uma articulação do núcleo do governo com os grandes meios que monopolizam as comunicações no Brasil, que passam informações distorcidas ou se dedicam a aspectos secundários das questões. De vez em quando, surge um fato que o governo não controla e que os meios de comunicação, ávidos por audiência, divulgam. Foi o que aconteceu no caso da violência policial em Diadema. O governo tenta minimizar e afirma que aquele é um fato isolado, mas o povo simples sabe que essa é uma prática cotidiana. A violência no Brasil se aprofunda em função desse modelo econômico, que provoca o aumento da pobreza e dos problemas sociais. Se a população tiver liberdade e confiança em si mesma, ela vai lutar contra isso. Então, é preciso amedrontar o povo, para garantir a sua passividade em relação a esse modelo. ■

Vendendo a saúde

Política federal estimula a mercantilização do setor

A área de saúde vive hoje no Brasil um momento crucial. Estão em jogo os princípios que vão nortear seus rumos na virada do século. De um lado, colocam-se os movimentos sociais e seus representantes, que lutam para que a população tenha direito à saúde, a fim de garantir qualidade de vida para todos. De outro, os que entendem que o acesso à saúde depende do poder de compra das pessoas. O governo comanda este segundo bloco, defendendo na prática a destituição do direito à saúde. Uma manifestação concreta da política de mercantilização do setor promovida pelo Executivo é a crônica falta de recursos, que empurrou a rede hospitalar para um verdadeiro caos e obriga inúmeros brasileiros a procurar os custosos planos de saúde privados.

Conservadores querem que os serviços do setor sejam entregues às forças do mercado

Entre 1994 e 1996, a parcela do orçamento federal destinada à saúde estacionou na faixa dos R\$ 14 bilhões, valor bastante insatisfatório frente às enormes necessidades do setor. Para fazer com que essa fatia do bolo orçamentário crescesse um pouco, o governo lançou mão de um polêmico imposto emergencial, o CPMF, que teria validade apenas durante o ano de 1997 e visaria obter cerca de R\$ 6 bilhões adicionais. Porém, boa parte do que vem sendo recolhido pelo CPMF não chega

ao endereço onde deveria aterrissar: o Executivo destina 25% da receita do imposto para o Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT), sob a alegação de que esse dinheiro deve pagar dívidas que o setor de saúde teria com o FAT.

Importância do SUS

Apesar de atualmente viver à míngua, o sistema de saúde nascido da promulgação da Constituição de 1988 é um dos mais avançados do mundo. A partir do alicerce constitucional, que enfatiza que as ações nessa área são um dever do Estado, foram obtidas conquistas como a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS é norteado por um conceito que não limita a saúde a uma dimensão biológica, mas realça também seus aspectos sociais e ambientais. Sua implantação corre por trilhos nitidamente democráticos, ao prever a descentralização administrativa, participação popular, atenção integral e universalização do acesso aos seus serviços. "Essa orientação entra em conflito direto com as concepções que definem a saúde como mais um produto que se pode comercializar", afirma José da Rocha Carvalho, diretor do Instituto de Saúde da Secretaria de Saúde de São Paulo. Segundo Carvalho, apesar de enfrentar obstáculos como a tradicional centralização do Estado brasileiro, o SUS vem sendo bem-sucedido em seus objetivos, contribuindo para melhorar os indicadores sociais nesse setor.

São avanços como o SUS que estão em risco diante do projeto de reforma constitucional de caráter neoliberal comandada pelo presidente da República. Segundo Luiza Sterman Heilmann, coordenadora do Núcleo de Investigação em Serviços de Saúde do Instituto de Saúde, a proposta que hoje une as forças conservadoras do país

estabelece basicamente que, no campo da saúde, o Estado deve atender apenas alguns grupos mais carentes da população. "O restante da sociedade ficaria entregue às forças do mercado." Diante da ameaça de submeter os serviços da área à lógica comercial, Carvalho convoca: "Precisamos defender o que está escrito na Constituição".

Orçamento próprio

O que acontece no Brasil não é um fenômeno localizado. De acordo com o diretor do Instituto de Saúde, hoje se difunde em nível internacional uma política para o setor desenhada nas mesas dos dirigentes do Banco Mundial. Essa política assinala que o Estado precisa deixar de promover as atividades de assistência médica (que ficariam a cargo de empresas especializadas), voltando-se para ações que têm pouco retorno financeiro e por



André Louzas

Carvalho: SUS é um avanço importante

isso são menos atraentes para a iniciativa privada, como por exemplo campanhas de vacinação e obras de saneamento básico. "Embora tenha grande influência no mundo inteiro, essa proposta enfrenta muita resistência em vários países", recorda Carvalho.

Ao invés da pura e simples privatização dos serviços, a saída para a saúde superar suas dificuldades está na garantia de um orçamento próprio. Essa é a proposta que vem sendo apoiada pelas Conferências Nacionais de Saúde, que envolvem entidades de usuários, prestadores de serviço e trabalhadores do campo de saúde. Carvalho informa que um projeto no Congresso Nacional - de autoria de Waldir Pires e Eduardo Jorge -, define a cria-

ção de um orçamento para a área de previdência social. "O projeto prevê uma transferência para esse setor de pelo menos 10% do orçamento fiscal da União, dos Estados e Municípios."

Luiza Heimann ressalta que a população precisa com urgência ser informada sobre iniciativas como esse projeto, para saber quais são as alternativas em relação ao que é lançado

pelo governo e veiculado pelos grandes meios de comunicação. "Precisamos nos contrapor ao bombardeio da mídia a favor da compra de serviços de assistência médica, por exemplo." Luiza ressalta que o setor público pode discutir sugestões de associação com a iniciativa privada. "Mas o Estado nunca deve abrir mão de sua responsabilidade no campo da saúde." ■

Cenário desanimador

Os indicadores brasileiros no setor de saúde deixam muito a desejar, não só em relação aos países ricos, mas também quando comparados aos de nações com nível de renda semelhante (veja tabela). De acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial publicado pelo Banco Mundial, no ano de 1994 a taxa de mortalidade infantil do Brasil, de 56 crianças por mil nascidas vivas, era muito superior por exemplo à da Argentina (mortalidade de 23 crianças por mil) e do Chile (12 por mil). No caso da esperança de vida ao nascer, o desempenho nacional também é sofrível. Os brasileiros nasciam com a expectativa de viver em média 67 anos em 1994, segundo o relatório do Banco Mundial, quando os uruguaios esperavam chegar aos 73 anos.



André Louzas

Luiza: pela presença do Estado

(50 crianças por mil nascidas vivas na África do Sul). Luiza Heimann, do Instituto de Saúde, acentua que as condi-

Indicadores sociais de países de renda média alta - 1994

País	Renda per capita (US\$)	Esperança de nascer	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)
Argentina	8.110	72	23
Brasil	2.970	67	56
Chile	3.520	72	12
México	4.180	71	35
Uruguai	4.660	73	19

Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial - Banco Mundial
Elaboração: DIEESE

Numa comparação com a África do Sul - país que até poucos anos foi marcado pelo *apartheid* que distanciava brancos e negros -, o Brasil vence na esperança de vida ao nascer (que é de 64 anos entre os sul-africanos), mas perde no caso da mortalidade infantil

ções das regiões Norte e Nordeste do Brasil puxam para baixo os números sobre a saúde do país. "Temos a maior concentração de renda do mundo e isso provoca inúmeros contrastes, entre regiões, Estados, municípios e até mesmo dentro desses municípios." ■

Segurança

País violento

As disparidades entre ricos e pobres, aliadas a fatores como desemprego, uso de drogas entre os jovens e colocam o Brasil entre os lugares mais violentos do planeta. Segundo um estudo da Organização Panamericana de Saúde, no início da década, eram assassinadas no país em média 19,7 pessoas para cada 100 mil habitantes. Pelo levantamento, em toda a América Latina, esse nível de violência era apenas inferior aos da Colômbia e Jamaica - que apresentavam, respectivamente, médias de 89,5 e 70 assassinatos para cada 100 mil habitantes (veja tabela). Embora tenha sido anunciada como uma das principais bandeiras do governo Fernando Henrique, a segurança anda cada vez mais ausente das ruas brasileiras.

Homicídios em alguns países latino-americanos (*)

(mortos por 100 mil habitantes)

Argentina	4,8
Brasil	19,7
Chile	3
Colômbia	89,5
Jamaica	70
México	17,8
Paraguai	4
Uruguai	4,4

(*) Média do início da década.

Fonte: Org. Panamericana de Saúde

Para Jorge Kayano, diretor do Pólis - Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, os níveis de violência estão se elevando nos últimos anos, em função do modelo econômico em implantação. "As medidas tomadas pelo governo têm levado ao aumento das desigualdades sociais." Kayano assinala que a verdadeira guerra civil deflagrada no país tem reflexos diretos no campo da saúde, por exemplo, ao gerar uma grande necessidade de atendimento de feridos na rede hospitalar. Ele lembra que as mortes atingem principalmente homens em idade produtiva. "Essa mortalidade é hoje tão expressiva que impede o crescimento da esperança de vida no Brasil." ■

Em busca de recursos

Parlamentar apóia o SUS e discute sua proposta de ampliar orçamento destinado à saúde

Jornal da ABONG - Qual é sua avaliação sobre a política social de Fernando Henrique?

Eduardo Jorge - Na minha opinião, as questões sociais não são prioritárias para o governo. A prioridade do governo é a estabilização e as reformas na área econômica. Nós não temos visto programas desenvolvidos na área social de forma sistemática.

Jornal da ABONG - Como está a evolução dos gastos do governo na área social?

Eduardo Jorge - Os gastos na área financeira têm ocupado uma parte muito grande do orçamento do governo. Na área de saúde, o governo Fernando Henrique nos seus dois primeiros anos tinha estabilizado seu gasto em torno de R\$ 14 bilhões. Em 1997, foi obtido um orçamento de R\$ 20 bilhões. Isso porque houve uma pressão muito grande por maiores recursos e se aprovou o CPMF, que permitirá um volume de dinheiro adicional de R\$ 6 bilhões. Porém,



André Louzas

Jorge: governo prioriza área econômica

Jornal da ABONG - Qual é a situação do SUS no panorama atual da saúde brasileira?

Eduardo Jorge - O SUS é a política mais universalista inscrita em nossa Constituição, por estender o direito à saúde a todo cidadão brasileiro. Antes da atual Constituição, só os trabalhadores do mercado formal e da classe média tinham esse direito. No ano passado, apesar do orçamento insuficiente para o setor, esse sistema de saúde foi responsável por mais de 1 bilhão de procedimentos ambulatoriais, dos quais quase 400 milhões de consultas médicas, 50 milhões de vacinações e 3 milhões de partos, além de 12 milhões de internações.

Jornal da ABONG - Por falar nisso, está em andamento no Congresso um projeto para estabelecer recursos orçamentários para a área de saúde, elaborado conjuntamente pelo sr. e pelo deputado Waldir Pires...

Eduardo Jorge - Esse é um projeto de emenda constitucional que prevê que 30% do orçamento da seguridade social em nível federal seja destinado à saúde, além de uma contrapartida de pelo menos 10% dos orçamentos de Estados e municípios. Se o projeto já esti-

vesse em vigência em 97, a saúde teria um orçamento de aproximadamente R\$ 33 bilhões. Além disso, seria dada perenidade ao orçamento para a saúde, de forma que prefeitos e secretários municipais poderiam fazer um melhor planejamento. Essa emenda já foi aprovada na Comissão de Justiça e na Comissão Especial da Câmara. Só não foi para o plenário porque, sendo uma emenda constitucional, precisa de uma ampla maioria para sua aprovação. Em 96, nós procuramos negociar a aprovação da emenda com o governo e acredito que há uma perspectiva muito boa nesse sentido. O ministro da Saúde está de acordo com a emenda e se comprometeu a abrir um canal de diálogo com o presidente.

Jornal da ABONG - Quer dizer que a emenda conta com apoio do próprio ministro da Saúde?

Eduardo Jorge - Sim. Aliás, o ministro tem lançado propostas que, se realmente forem implementadas, são positivas. No mês de março, num discurso em que anunciou que 1997 será o ano da saúde, o ministro colocou em destaque a importância de se resolver a questão financeira para a área. O ministro anunciou que também quer acelerar a descentralização e aumentar de 137 para 700 o número de municípios que gerem plenamente os serviços de saúde, além de garantir que outros 3.300 municípios passem a gerir parcialmente esses serviços. Em termos de metas, ele anunciou a ênfase na prevenção, fortalecendo os programas de combate às epidemias e endemias, por exemplo. E garantiu que vai enfatizar os programas de saúde da família e de agentes comunitários, que levam a assistência à saúde à casa das populações mais pobres. Eu encaro com muita esperança essas metas, mas repito que elas não podem ficar só no papel.

Jornal da ABONG - A proposta de reforma da Constituição, feita sob a ótica da privatização dos serviços públicos, não trará riscos para o setor da saúde?

Eduardo Jorge - Para a saúde a reforma constitucional não é uma ameaça, porque o SUS é um sistema misto, que possui uma estrutura pública ampla, forte e abrangente e que também prevê a convivência com o chamado setor filantrópico e com o setor privado. Portanto, a relação entre o público e o privado dentro do SUS já foi equacionada. ■

Com o projeto aprovado, orçamento da saúde já seria de R\$ 33 bilhões em 97

para 1998, com o fim do CPMF e caso não se encontre uma solução duradoura, o orçamento poderá voltar a R\$ 14 bilhões. Nós da oposição reconhecemos que é necessária uma reforma da Previdência, em função de questões como a mudança da composição etária do país. Mas o governo não consegue estabelecer um pacto com os partidos no Congresso Nacional e com a sociedade civil, para legitimar essa reforma.

Terra em descaso

Apesar da crise no campo, governo evita reforma agrária

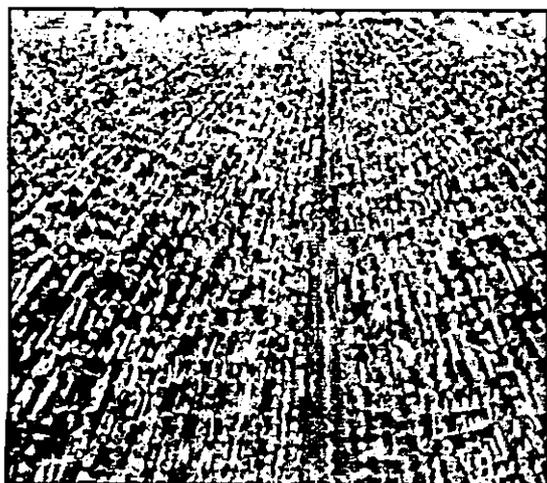
reforma agrária no Brasil. A política do governo Fernando Henrique para essa área, no entanto, tem se limitado a um tímido programa de assentamentos. De acordo com Plínio de Arruda Sampaio, ex-deputado federal do PT e presidente

da Proter, a proposta governamental pretende assentar 280 mil agricultores em quatro anos. "Porém, hoje há quatro milhões de famílias que precisariam ser assentadas no Brasil." De qualquer forma, o ex-deputado enfatiza que a distribuição de terras deve ser a etapa inicial de um projeto de política agrícola que garantiria aos produtores acesso a crédito, assistência técnica, preços mínimos e educação rural.

Além de não haver política agrícola oficial, está em vigor um programa econômico que representa uma verdadeira chuva de grânizo sobre as economias de pequenos e médios agricultores. Para manter baixas as taxas de inflação, a área governamental estimula a redução dos preços pagos aos produtores rurais, que também sofrem com os juros altos e a abertura às importações. Esses e outros fatores, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores da

Agricultura (CONTAG), provocaram uma queda de R\$ 10 bilhões na renda agrícola e uma redução de 832 mil empregos no campo, na safra 1995/1996.

A grande vítima dessa retração é a agricultura familiar, a principal semeadora de trabalho no campo. O Censo Agropecuário do IBGE mostra que as propriedades familiares representam



José Antônio da Silva

Em 1996, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram assassinados 54 trabalhadores rurais em conflitos ligados à posse da terra no Brasil. O caso mais escandaloso foi o massacre de 19 sem-terras em Eldorado do Carajás, no Pará. Na grande maioria dos casos, os mandantes desses crimes continuam impunes. Os confrontos se espalham pelo campo e, em 1995, envolveram mais de 380 mil pessoas (veja tabela 1). Toda essa violência brota de uma das mais altas taxas de concentração da propriedade agrícola do mundo.

O Atlas Fundiário Brasileiro, elaborado pelo INCRA, mostra que as propriedades com até 50 hectares, embora representem 75% do número total de imóveis, ocupam somente cerca de 10% da área global. Ao mesmo tempo, os imóveis rurais entre 500 e 10 mil hectares envolvem mais de 40% do conjunto das terras, embora respondam por apenas 3% das propriedades. E os imóveis superiores a 10 mil hectares, que somam somente 0,06% das propriedades, ocupam aproximadamente 20% do total da área registrada (veja tabela 2).

Esses números confirmam a necessidade de um amplo processo de

Tabela 1
Conflitos no campo

Conflitos de terra e outros (*)	1991	1992	1993	1994	1995
Total de conflitos	453	433	545	485	554
Assassinatos	54	46	52	47	41
Pessoas envolvidas	554.202	185.996	391.128	308.619	381.086
Área em conflito (em hectares)	7.037.722	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731

(*) Incluem conflitos de terra, trabalhistas, trabalho escravo, questões de seca e sindicais, garimpo e política agrícola.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra/Elaboração: DIEESE

Tabela 2
Concentração de terras no Brasil (1992)

Classe de imóveis por hectares	Nº de imóveis	Área por hectares
Não cadastrados	48.508	Sem dados
Menos de 1	50.566	25.827,3
1 a menos de 2	92.423	125.843,8
2 a menos de 5	357.756	1.216.350,2
5 a menos de 10	446.663	3.247.889,0
10 a menos de 25	841.963	13.697.633,6
25 a menos de 50	503.080	17.578.660,6
50 a menos de 100	336.368	23.391.447,1
100 a menos de 200	201.564	27.405.779,4
200 a menos de 500	140.609	43.344.186,6
500 a menos de 1.000	51.442	35.573.732,4
1.000 a menos de 2.000	23.644	32.523.253,9
2.000 a menos de 5.000	14.840	43.804.397,5
5.000 a menos de 10.000	3.492	24.524.954,4
10.000 a menos de 20.000	1.236	16.945.648,2
20.000 a menos de 50.000	553	16.062.217,2
50.000 a menos de 100.000	116	7.848.521,7
100.000 a mais	75	24.047.669,1
Total	3.114.898	311.364.012,0

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro/In: Folha de S. Paulo, 12/09/96

75% do total de estabelecimentos agrícolas brasileiros. Nelas trabalham 14 milhões de pessoas, ou seja, 80% da População Economicamente Ativa (PEA) da agricultura. "Com a política hoje em vigor, apenas há espaço para as grandes agroindústrias, como a da laranja", critica Sampaio. O ex-deputado ressalta que, se o setor rural recebesse apoio, geraria uma volumosa safra de empregos. Ele recorda que na agricultura a criação de um posto de trabalho permanente exige um investimento de R\$ 10 mil, quando na indústria têxtil são necessários R\$ 60 mil e na indústria metalúrgica, R\$ 120 mil. ■

Manifesto pela democracia

Diante da crescente ameaça à ordem democrática representada pelo comportamento autoritário do Executivo federal, que governa por meio de Medidas Provisórias, interfere no funcionamento do Congresso Nacional e

altera a Constituição de acordo com seus interesses imediatos, um grupo de eminentes juristas decidiu lançar um Manifesto à Nação cujos principais trechos são transcritos a seguir:

“**M**uitos cidadãos têm visto com intranquilidade a metódica e crescente concentração do poder, ultimamente ocorrida no Brasil em prol do Executivo, sem que, em contrapartida, desapareçam nos meios de comunicação sinais de oposição consistente a este perigoso fenômeno.

“Nós, estudiosos de direito público, sentimos no dever de manifestar preocupação e até mesmo alarme diante de tal estado. Ocupando-nos, por ofício, dos temas relativos às instituições fundamentais do País, cremos estar em condições de avaliar a extensão deste processo e as graves conseqüências que poderá causar - como já está causando - em detrimento da Democracia e das garantias do cidadão. Fatos concretos justificam este alerta.

“Com efeito, o País vem sendo dirigido, predominantemente, pelo Poder Executivo por meio de medidas, denominadas provisórias, mas que, pela reiteração, se vão tornando definitivas e cujo desmedido fluxo atinge a inacreditável média de duas por dia. Há pois, presentemente, verdadeira usurpação das funções legislativas do Congresso Nacional. Demais, estê sofreu interferências indevidas e por métodos que a Imprensa apontou como reprováveis no episódio da eleição do Presidente da Câmara e do Presidente do Senado, assunto manifestamente da economia interna daquelas Casas Congressuais e que não pode ser objeto de formação de parcerias(...) Aliás, ninguém menos que o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça já denunciou à sociedade brasileira que *... a concentração de poder já se vai fazendo ameaçadora à normalidade institucional e à supremacia da lei*’.

“Agregue-se a isto o extremado empenho do Chefe do Poder Executivo na Emenda Constitucional da reeleição, com a quebra de toda a tradição republicana brasileira. E - o que é ainda mais grave - em proveito próprio, pois inclusive da reelegibilidade do atual ocupante da Presidência e também ela com votos disputados segundo procedimentos que a própria Imprensa noticiou como censuráveis. Começa a alastrar-se a tese de que não seria necessária a desincompatibili-

zação, cumprindo-se, neste todo, um modelo similar ao obtido pelos Presidentes Fujimori e Menem nos respectivos países.

“Completando-se o quadro da emergência de um poder incontrastável de fato, inicia-se, o que é novidade entre nós, um processo de desmoralização do Poder Judiciário e - evento de indisfarçável seriedade - mediante ataques ao órgão máximo da Justiça do País: o Supremo Tribunal Federal.

“Para consternação dos que se ocupam do Direito e se empenham na preservação da Democracia, em face de uma decisão da Corte Suprema - quando outra seria impossível ante os termos da Constituição - foi divulgada a frase: “Eles não pensaram no Brasil”, atribuída pela Imprensa ao próprio Presidente da República. Há nisto a gravíssima impropriedade de excitar a opinião pública contra o Judiciário, ao imputar a seu órgão de cúpula esquecimento de deveres patrióticos. Acresce que, dias depois, confirmando a parceria registrada, foi o presidente do Congresso quem levantou sua voz contra a Casa Máxima da Justiça.

“Ora, se os cidadãos não puderem esperar do Judiciário a garantia de seus direitos na conformidade das normas preestabelecidas, a quem recorrerão? Poderá alguém irrogar-se a autoridade de escolher, dentre os direitos consagrados na Constituição, aqueles que devam ou não ser respeitados?

(...)

“Nestes episódios ocorre, pois, um agravo não apenas à independência, mas também à harmonia de Poderes (art. 2 da Constituição Federal), instaurando-se clima propício a uma danosa desarmonia, na qual não seria difícil antecipar quais os perdedores, que em última instância serão as liberdades públicas e, portanto, os cidadãos.

“Tudo leva a crer que está em curso um processo de ruptura do modelo constitucional democrático instituído em 1988, para substituí-lo por outro, elaborado à imagem e semelhança dos atuais governantes.

“Nesta marcha não apenas a Constituição é espezinhada, mas também funda-



Elyas Andreaito

mentais interesses da Nação. Hoje, ameaçados pelo projeto de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, amanhã, talvez, pelo comprometimento de nossa soberania na Amazônia.

(...)

“Os signatários deste documento convocam os brasileiros para uma vigília cívica, buscando a reversão das tendências ora denunciadas à Nação e para que exista uma voz sempre atenta em defesa da Constituição e dos direitos e garantias fundamentais consagrados nas instituições que ela modelou para proveito da cidadania.”

(...)

Brasília, 07 de março de 1997

Goffredo da Silva Telles Jr.
Evandro Lins e Silva
Paulo Bonavides
Rosah Russomano
Dalmo Dallari
Fábio Konder Comparato
Celso Antônio Bandeira de Mello
Carmem Lúcia Antunes Rocha
Eros Roberto Grau
Edgar Penna Amorim
Carlos Ayres Britto
Luís Roberto Barroso
Sérgio Sérvulo da Cunha
Valmir Pontes Filho
Weida Zancaner